

A RIQUEZA DO IMPÉRIO: FRANCISCO ARANGO Y PARREÑO, ECONOMIA POLÍTICA E A SEGUNDA ESCRAVIDÃO EM CUBA*

Dale Tomich¹

Deptos. de Sociologia e História - Binghamton University

Resumo

Neste artigo examino o modo como Francisco Arango y Parreño, estadista, senhor de engenho e porta-voz da elite cubana utilizou a Economia Política das Luzes a fim de reconceitualizar a riqueza nacional, a escravidão, e o mercado livre para estabelecer o fundamento teórico do domínio cubano no mercado mundial do açúcar. Demonstro que as teses pró-escravistas de Arango e a crítica de Adam Smith ao escravismo constituem aspectos contraditórios da Economia Política liberal na conjuntura do mercado mundial no século XIX.

Abstract

This article examines the use of Enlightenment political economy by Francisco Arango y Parreño's - planter, statesman, and spokesman for the Havana elite - to reconceptualize national wealth, slavery, and free trade in order to establish the theoretical ground for Cuba's domination of the world sugar market. It demonstrates that Arango's pro-slavery position and Adam Smith's critique of slavery constitute contradictory aspects of liberal political economy in the conjuncture of nineteenth century world market.

Palavras-Chave

Escravidão • Indústria Açucareira • Reforma Agrícola • Livre Comércio • Economia Política

Keywords

Slavery • Sugar Industry • Agricultural Reform • Free Trade • Political Economy

* Tradução do inglês por Mônica Saddy Martins. (Este artigo foi publicado anteriormente na revista *Comparative Studies in Society and History*, 45 (1), Janeiro de 2003).

Introdução

Senhor de escravos, estadista e reformador econômico, Francisco Arango y Parreño (1765-1837) foi o porta-voz da elite senhorial emergente de Havana e também um dos principais arquitetos do rápido desenvolvimento da produção açucareira em Cuba na primeira metade do século 19. Em 1792, em meio à insurreição de escravos em São Domingos (atual Haiti), Arango, *Apoderado General* do *Ayuntamiento* de Havana, remete à coroa espanhola uma série de petições que culmina com o *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla* (Arango 1793a: 114-175). Esses documentos expressavam os interesses da classe senhorial de Havana ao mesmo tempo em que formulavam o programa de Arango para a transformação da vida econômica cubana. Amplamente considerados textos fundamentais da história cubana, eles forneceram o arcabouço teórico para que Cuba se tornasse o primeiro produtor mundial de açúcar da década de 1820 até o século 20. Ao mesmo tempo, eles representam a criação de novas zonas de produção escravista como parte da reestruturação política e econômica da economia mundial que, em outro trabalho, chamei de “segunda escravidão” (Tomich 1988). Assim, o exame desses documentos chama a atenção para a contínua reconstituição da escravidão e de outras formas de trabalho forçado como parte do desenvolvimento histórico da economia capitalista mundial e para as maneiras como ações locais muito específicas simultaneamente moldam os processos globais e por eles são moldadas.

O *Discurso* tira sua eficácia da aguda percepção de Arango a respeito da forma como a independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a insurreição dos escravos no Haiti estavam reestruturando a economia atlântica e de sua profunda compreensão tanto das possibilidades que essa conjuntura político-econô-

¹ Gostaria de agradecer a Rolph Trouillot, Arcadio Díaz-Quinones, Aníbal Quijano, Joan Scott, Albert Hirschman, Antoni Furió, Chris Schmidt-Nowara, Luiza Moreira, Rafael de Bivar Marquese, Mark Frezzo, Juan Giusti, Richard Yidana e aos dois revisores anônimos de *Comparative Studies in Society and History* pelo estímulo e pelos comentários a vários rascunhos deste manuscrito.

mica abria para Cuba como do que era necessário para que Cuba aproveitasse essas condições (Benítez-Rojo 1986: 10-12). A preocupação de Arango era assegurar à Cuba condições para um domínio de longo prazo sobre o comércio de produtos tropicais, sobretudo o açúcar, para além da vantagem imediata do que ele então percebia ser uma ruptura temporária da ordem na colônia francesa vizinha (Arango 1793a: 143). Nesse momento decisivo, ele conceitua sistematicamente as condições em emergência na economia atlântica do ponto de vista da elite senhorial de Havana. Os princípios básicos de suas propostas eram a defesa da livre entrada de escravos em Cuba e a remoção das restrições mercantis impostas pela Espanha, a fim de permitir aos senhores de Havana o livre comércio de produtos tropicais. Em sua concepção, o livre comércio andava de mãos dadas com a expansão e a renovação da produção açucareira por meio da utilização sistemática do trabalho escravo, de melhoramentos agrícolas e industriais e de uma melhor administração do trabalho escravo. Seu projeto reconstitui teórica e praticamente as relações escravistas e a produção açucareira em novos domínios econômicos, políticos e ideológicos e formula um programa para a transformação econômica e social de Cuba.

A ênfase na dimensão atlântica do pensamento de Arango revela seu caráter inovador. Em seus textos, a revitalização do trabalho escravo e a expansão da fronteira açucareira em Cuba aparecem não como a permanência de formas econômicas e sociais arcaicas, mas como aspectos ativos e formativos do que Giovanni Arrighi chama de “o ciclo britânico sistêmico de acumulação” (Arrighi 1994: 47-58, 159-238): a reestruturação das relações econômicas e políticas mundiais que coincidiram com o livre comércio e a integração dos mercados mundiais, a revolução industrial na Inglaterra, a crise da escravidão colonial nas Antilhas inglesas e francesas e a rebelião anticolonialista em outros lugares da América Latina. O próprio projeto de Arango é expresso em formas modernas de pensamento. A nova disciplina da economia política fornece a Arango os meios para formular um programa de incremento da riqueza de Cuba e uma justificativa para a escravidão. Ele reconceitua o trabalho escravo no interior da estrutura do livre comércio, do interesse individual, da administração eficiente e da inovação tecnológica sistemática. De fato, o *Discurso* demonstra não a incompatibilidade, e nem mesmo a coexistência de idéias liberais e de um pensamento escravista, mas a maneira como essas posturas derivam de um campo conceitual comum à economia política.

Esse fundamento comum não poderia estar mais evidente do que na afinidade teórica de Arango com Adam Smith e na apropriação que Arango faz deste último. A despeito das diferenças entre eles, a proximidade entre os dois pensadores, que provém de sua origem teórica comum na fisiocracia e no pensamento ilustrado, e seus conceitos de livre comércio, trabalho e interesse individual dão razão ao questionamento dos limites e das supostas antinomias entre pensamento escravista e economia política liberal. Uma análise do *Discurso* e de outros textos revela, ao mesmo tempo, a compatibilidade e a interdependência da economia política liberal e do pensamento escravista no projeto de Arango, e problematiza o liberalismo de Smith, levantando as formas em que ele é compatível com a escravidão.

Essa interpretação pode ser contrastada com abordagens que consideram a escravidão nas Américas como uma relação social e econômica anômala ou arcaica incompatível com as formas modernas da organização da produção, do mercado e do Estado (e.g. Williams 1944; Genovese 1967; Moreno Fraginals 1976, 1978; Lewis, 1983). Deste último ponto de vista, a escravidão está destinada a ser suplantada pela emergência de uma ordem social, política e econômica liberal. Tais interpretações contrapõem continuamente uma concepção linear de modernidade (liberal, capitalista) e uma concepção igualmente linear de escravidão pré-moderna. Neste trabalho, as relações sociais escravistas podem coexistir com o mercado mundial e o liberalismo, mas cada termo é concebido como uma categoria social independente, internamente uniforme e mutuamente exclusiva (ver, por exemplo, Lewis 1983: 97-98, 141-142). Esses atributos abstratos estão localizados em espaços sociais distintos, e a cada um deles é designada por uma temporalidade distinta. Assim, Cuba permanece como o local da escravidão e da ideologia racial, ao passo que o verdadeiro capitalismo, a verdadeira burguesia e o autêntico liberalismo estão destinados a ocorrer alhures.

Dessa perspectiva, a coexistência da escravidão, do livre mercado e do pensamento iluminista, tanto internacionalmente como parte da visão de mundo da própria elite crioula, é considerada, ao mesmo tempo, característica definidora e paradoxo central do regime escravista cubano do século 19. Arango, a classe senhorial, a escravidão cubana e a ideologia racial não pertencem totalmente à modernidade histórica. Com “um pé no futuro burguês e o outro no remoto passado escravista” (Moreno Fraginals 1976: 60), eles são vistos como produtos híbridos da tentativa contraditória de unir opostos irreconciliáveis. A história da escravidão em Cuba no

século 19 é entendida como a narrativa de um liberalismo imperfeito e inacabado (Lewis, 1983: 144 -145). A escravidão cubana e a ideologia racial são caracterizadas por sua incompletude e imaturidade (Lewis, 1983: 149). Práticas e idéias liberais são interpretadas como estando fora de lugar na colônia: formas coloniais de pensamento liberal são vistas como versões deformadas de suas análogas metropolitanas. A trajetória histórica da escravidão cubana e da classe senhorial é definida por seu fracasso em se adaptar ao desenvolvimento gradativo do capitalismo liberal.

O que se perde aqui é exatamente a consciência de classe da classe senhorial cubana e seu projeto de transformação social e econômica. Tais perspectivas são incapazes de conceber essa elite senhorial como sujeito ativo e reflexivo, engajado na atividade prática e capaz de apropriar-se de campos do conhecimento e de idéias sociais e de transformá-los a fim de compreender sua condição histórica em seus próprios termos e de agir sobre ela (Carvalho Franco 1993: 32-35). Em vez disso, apresentam os senhores de escravos cubanos como presas de dois conjuntos de idéias já formados e incompatíveis: por um lado, seu pensamento está aprisionado em formas ideológicas que refletem diretamente relações de produção escravistas anteriores, determinantes e virtualmente imóveis. Por outro, são receptores passivos de uma ideologia liberal completa e estabelecida, que vem de fora e que eles são incapazes de assimilar inteiramente.

Em vez de conceber a oposição entre liberalismo e pensamento escravista como resultado da justaposição de temporalidades distintas (pré-moderna e moderna) num lugar, gostaria de argumentar que é mais proveitoso pensar nessas duas correntes de pensamento como expressões adequadas a lugares diferentes num mesmo tempo – o tempo do mercado mundial. A especificidade de Arango e da escravidão cubana no século 19 está não na influência recíproca e contínua de forças pré-burguesas e burguesas homogêneas, mas numa modernidade internamente complexa, historicamente formada no interior das relações heterogêneas e plurais da escravidão e da economia mundial. O pensamento iluminista e a economia política liberal não estão “fora de lugar” em Cuba. Antes, são elementos constitutivos do pensamento escravista cubano. Na verdade, gostaria de sugerir que a conjuntura específica da economia política liberal e das idéias escravistas que caracterizam o *Discurso* de Arango revela não uma anomalia no espaço nacional de Cuba, mas a descontinuidade temporal da escravidão no mundo atlântico, isto é, a reconstituição da escravidão e das desigualdades mundiais em um novo ciclo de acumulação.

Arango, o *Discurso* e a conjuntura da economia atlântica

Filho de uma importante família de Havana, Francisco de Arango y Parreño foi um dos líderes da nascente elite açucareira de Havana. Esse grupo, que incluía nomes como José Ignacio Echegoyen, Nicolás Calvo, Ignacio Pedro Montalvo y Ambulodi (Conde de Casa - Montalvo), Bonifacio Duarte e Nicolas Peñalver, remodelou a economia e a sociedade cubanas na primeira metade do século 19 e transformou Cuba na colônia de *plantation* mais rica do mundo (Amores 1998: 19-20). Arango era um novo tipo de intelectual, com uma nova relação com o poder (Benítez-Rojas 1986: 9-14). Suas idéias freqüentemente encontraram expressão em petições políticas. Intelectualmente precoce e muito instruído, Arango estudou no seminário de San Carlos e na Universidade de Havana em Cuba, onde se bacharelou em direito em 1786. Depois de um período de prática da advocacia na *Audiencia*, em Santo Domingo, completou seus estudos na Espanha, onde se doutorou em direito em 1789. Em Madri, atraiu a atenção de altos funcionários da corte, entre eles o primeiro ministro Floridablanca. Era também amigo de Gaspar Melchor de Jovellanos e de outros personagens eminentes do Iluminismo espanhol. Nesse meio desenvolveu uma visão cosmopolita. Conhecia os trabalhos de Raynal, Montesquieu, Quesnay, Smith e Genovesi, entre outros. Embora não tivesse ainda atingido a maioridade legal em 1788, foi nomeado *Apoderado General* do *ayuntamiento* de Havana aos 23 anos. Em 1791, na qualidade de *Apoderado General*, remete o *Discurso sobre la agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla* à coroa espanhola (Ponte Dominguez 1937: 5-13, 26-49; Friedlaender 1978: 157-163; Marrero 1984: 8; González-Ripoll Navarro 1999: 145-146).

Arango redigiu o *Discurso* com grande urgência, seguindo-se à chegada em Madri da notícia da insurreição dos escravos na colônia francesa de São Domingos. A situação nas colônias açucareiras francesas começou a deteriorar-se com a deflagração da revolução na França, mas foi a revolta dos escravos que criou uma oportunidade sem precedentes para Cuba. Arango rapidamente compreendeu o significado do momento: "... vendo-os [os franceses] imersos em uma calamidade que, se não destrói toda a prosperidade daquela colônia, retardá-la-á indefinidamente, é necessário olhar para ela não só com compaixão, mas com olhos políticos, e, com a fé de bom patriota e bom vassalo, anunciar ao melhor dos reis a oportunidade e os meios de conceder a nossa agricultura das Ilhas vantagem e preponderância sobre

a dos franceses” (Arango 1791c: 111-112). Ele insistiu com o rei que era necessário que Cuba aproveitasse a insurreição no Haiti para elevar-se “a um nível de poder e riqueza capaz de suportar a competição mesmo quando os rivais se recuperassem... Aproveite o momento para trazer para seu solo a riqueza que o estreito território de Guarico [São Domingos] deu à nação francesa” (Arango 1793a: 133).

Arango preocupava-se com o que aconteceria à Cuba depois que cessassem os efeitos imediatos da revolta no Haiti. Os lucros inesperados gerados pela revolta em São Domingos eram inadequados para garantir desenvolvimento a longo prazo em Cuba. Arango temia que o retorno à ordem fosse desastroso. Ele argumentava que, para que Cuba mantivesse sua posição perante a competição inglesa e francesa, a reforma agrícola e comercial era necessidade imperiosa: “A própria vantagem de que usufruímos hoje na venda dos açúcares pode ser desastrosa para nós se não soubermos como aproveitá-la. Eu já disse, e repito, que, se desejamos fomentar esse ramo da indústria, devemos trabalhar como se estivéssemos nos tempos que precederam a insurreição dos negros de Guarico, de forma que, quando eles [os franceses] retornarem, não nos encontremos na triste situação em que estávamos anteriormente” (Arango 1793a: 143).

O *Discurso* expressa exatamente tal programa sistemático de reforma. Nele, Arango concentra-se tanto nas perspectivas teóricas da economia política e do pensamento iluminista como em seu profundo conhecimento prático de Cuba. Mais do que um pastiche de elementos pré-modernos e modernos incompatíveis, esse documento singular combina uma visão teoricamente informada com preocupações políticas práticas. O texto está organizado de maneira semelhante àquele utilizado por Jovellanos em seu *Informe sobre Industria y Comercio* (1790) e em seu *Informe sobre la Ley Agraria* (1794). Ele começa com um resumo da história do desenvolvimento econômico cubano que contrasta a estagnação da colônia sob as políticas mercantilistas espanholas com o crescimento e a prosperidade que ela experimentou depois da invasão inglesa de 1762, que fomentou a importação de escravos e as políticas comerciais livres. Em seguida, Arango compara as políticas coloniais da Espanha, Inglaterra, França e Portugal, a fim de identificar as desvantagens técnicas e econômicas de Cuba em relação a seus principais concorrentes. Em seu tratamento incisivo e intransigente desses problemas, Arango revela as origens dessas dificuldades, e de maneira convincente, defende a imediata e total exploração do potencial de Cuba

na produção de matérias-primas tropicais de exportação. Descrito pelo historiador Levi Marrero como “a magna carta do desenvolvimento subsequente da indústria açucareira,” o *Discurso* não só defende as reformas específicas que disparariam a transformação econômica de Cuba como dá coerência conceitual a práticas e políticas que iriam orientar o desenvolvimento cubano pelo menos até 1868, senão além (Friedlaender 1978: 163-164; Marrero 1984: 15-16; Moreno Fragnals 1978: I, 73; González-Ripoll Navarro 1999:156-163).

Economia política, agricultura e felicidad

Embora o *Discurso* seja uma proposta política e não um tratado sistemático, ele mostra as fontes iluministas do pensamento de Arango. O próprio Arango descreve seu programa para a transformação econômica e social de Cuba como um programa para “propagar as luzes” (*propogar las luces*). De fato, ele formula seu projeto de incremento da produtividade (*rendimento*) da agricultura colonial no quadro intelectual da economia política. O aparecimento dessa disciplina durante a segunda metade do século 18 proporcionou um novo vocabulário com o qual conceituar riqueza e uma percepção de que agricultura, indústria e comércio eram os meios para produzi-la e acumulá-la (Tribe 1978; Marquese 1999. Para uma análise do vocabulário do *Discurso*, ver Perotin, 1974: 273-313; Marrero, 1984, 15). Mesmo se não buscamos averiguar a genealogia de idéias específicas no *Discurso*, está claro que Arango foi influenciado por diversos teóricos neomercantilistas, fisiocráticos, ilustrados e liberais, incluindo Quesnay, Jovellanos, Campomanes, Genovesi e Galliani, bem como Adam Smith. Nas últimas décadas do século 18, ilustrados como Jovellanos e Campomanes recorreram a argumentos fisiocráticos sobre agricultura e livre comércio. No entanto, não eram fisiocratas doutrinários nem mesmo economistas teóricos sistemáticos. Antes, usavam o discurso econômico-político como instrumento de política prática e reforma progressiva. De maneira semelhante à de outros pensadores latino-americanos, como os argentinos Manuel Belgrano e Mariano Moreno, Arango contava com essas fontes intelectuais aparentemente ecléticas para diagnosticar a situação de Cuba e elaborar o programa que lançaria as bases para o subsequente desenvolvimento econômico cubano (Lluch e Argemí 1985: 1-120, 185-196; Friedlaender 1978: 161, 166-175; Maestri 1938: 8, 12; Travieso

1970: 139-140; Venturi 1972: 180-224, 265-291; Chiaramonte 1982: 33-66, 105-178; Chiaramonte n.d.: xii, xxviii-xxxiv).

Arango recorre à nova disciplina da economia política para reavaliar a natureza e as fontes de riqueza nas Américas. Ele argumenta: “Ninguém mais nega nem duvida que a verdadeira riqueza se funda na agricultura, no comércio e nas artes, e que, se a América foi uma das causas de nossa decadência, isso se deu em virtude de nosso desprezo pelo cultivo de suas terras férteis, da preferência e da proteção que concedemos à mineração e do método ruim com que conduzimos nosso comércio” (Arango 1793a: 115).

Essa concepção de riqueza assinala um afastamento decisivo em relação ao mercantilismo e à mineração como fonte de prosperidade no império espanhol e uma aproximação em relação à agricultura produtiva e ao comércio (Arango 1789: 79). Arango identifica a extração de metais preciosos, o mercantilismo, o monopólio e a balança comercial como causas da pobreza e da decadência da Espanha. Em oposição a isso, defende a “visão esclarecida” de que “a prosperidade (*felicidad*) da nação... consiste principalmente em desenvolver (*fomentar*) a agricultura colonial” (Arango 1791b: 108). Sob essa luz, o argumento de Arango a favor da reorientação do trabalho escravo em Cuba indica não a permanência de uma forma arcaica já existente de organização social, mas a revitalização da economia colonial por meio da produção agrícola e do comércio. Ele se desprende claramente de concepções estáticas de riqueza baseadas na dominação de territórios fixos representados pela economia mineira colonial e pelo mercantilismo (“o espaço dos lugares,” Arrighi 1994: 80-81). Em vez disso, formula uma concepção dinâmica de bem-estar ou abundância (*felicidad*) como resultado de fertilidade, atividade produtiva e circulação de mercadorias e riqueza (“o espaço dos fluxos,” Arrighi 1994: 83-83), que caracteriza a nova conjuntura da economia mundial.

De acordo com as concepções ilustradas, Arango sustentava que a vantagem de Cuba sobre outros produtores de açúcar residia na fertilidade superior de seu solo. Suas maiores fontes potenciais de riqueza eram a agricultura e a indústria baseada na agricultura. Para Arango, as culturas de exportação, principalmente açúcar e café, eram as atividades adequadas para a agricultura cubana, principalmente porque nenhuma outra colônia espanhola oferecia tais produtos. (Essa preferência definiu e justificou a dominação da elite açucareira não só sobre os escravos como também sobre os criadores de gado e os pequenos cultivadores de tabaco.) Contudo, argu-

menta ele, as restrições comerciais contrabalançam a vantagem natural da produtividade do solo cubano. Essas restrições aumentavam o custo da mão-de-obra, do equipamento e do crédito; impediam o progresso técnico e uma boa administração; e inibiam o desenvolvimento dos mercados. Para Arango, as políticas mercantis da Espanha eram a causa do torpor de Cuba: o livre comércio proporcionaria os meios para superá-lo (Arango 1793a: 117-118).

A reivindicação de Arango por um aumento na oferta de mão-de-obra escrava em Cuba era parte essencial de um abrangente “projeto de desenvolvimento” baseado em princípios de economia política. No *Discurso*, Arango reconceitua escravidão, agricultura e comércio para redefinir o lugar de Cuba na conjuntura econômica mundial. Ele vincula a necessidade de livre comércio e de acesso a mercados externos – especialmente ao dos Estados Unidos, recentemente independentes – ao acesso irrestrito à mão-de-obra escrava e à transformação científica dos processos produtivos. O que está implícito aqui é a reformulação da escravidão nos limites das novas circunstâncias em ciência e tecnologia, produtividade e livre comércio, e, ademais, a compreensão de que o mercado e o livre comércio são os mecanismos mais eficientes para determinar preço, quantidade e qualidade de bens (incluindo os escravos). Esses são os meios para promover a prosperidade de Cuba e o possível domínio do mercado açucareiro mundial.

Arango, versado nas idéias econômico-políticas mais avançadas de seu tempo, não apresenta a escravidão como arcaica ou anômala. Ele não vê contradição entre trabalho escravo e livre comércio: antes, constrói a escravidão de acordo com as pressuposições do livre comércio. De seu ponto de vista, o trabalho escravo é o meio de conseguir a integração de Cuba no mercado mundial e garantir prosperidade e progresso à colônia (Arango 1811: 185). Inversamente, o livre comércio é a condição para a expansão e a consolidação do sistema escravista cubano.

O comércio de escravos: *Libertad absoluta*

Na concepção de Arango, o futuro da agricultura esclarecida e a prosperidade (*felicidad*) da nação baseavam-se no comércio de escravos. Ele afirmava que uma experiência de três séculos e a razão provavam que as matérias-primas de exportação (*frutos de retorno*) das colônias americanas – e não seus metais preciosos – contribuíam de inúmeras formas para o bem-estar da metrópole. No entanto, o po-

tencial da agricultura colonial estava comprometido por uma população insuficiente. Embora as administrações esclarecidas se preocupassem com o desenvolvimento da agricultura comercial, as colônias careciam das mãos necessárias para as terras que desejavam cultivar. Arango encarava o comércio de escravos como solução para esse problema. Afirmava que a costa ocidental da África oferecia a fonte de mão-de-obra mais adequada para esse projeto (Arango 1789: 79). Em suas palavras, os escravos africanos eram as mãos que “animariam a agricultura e proporcionariam [com seu trabalho] frutos abundantes” (Arango 1788: 77).

Na visão de Arango, os escravos africanos eram os elementos necessários para a construção da agricultura de *plantation* em Cuba, e o livre comércio era o meio para obtê-los. Ele está preocupado, sobretudo, com as condições concretas da oferta de escravos em Cuba, e sua defesa do livre comércio é apresentada no contexto de imperativos táticos e condições políticas para obter ambos tanto na Espanha como em Cuba. Sua argumentação evolui para uma discussão com monopolistas e vários capitais investidos nas *cédulas* reais que regulavam o comércio de escravos por períodos limitados. Todavia, Arango sustenta a opinião de que não só o livre comércio é o meio mais adequado e eficiente de assegurar oferta suficiente de escravos como diz também que o mecanismo de mercado proporcionaria condições ótimas de quantidade, qualidade e preço.

Em seu primeiro documento escrito como *Apoderado*, em 1788, Arango estava determinado a buscar o remédio para o que via como o mal causado pela escassez de negros na colônia. A liberdade absoluta para negociar com outras nações nesse ramo de comércio, argumentava, seria o remédio mais eficaz (Arango 1788: 77). Arango elaborou esse argumento no ano seguinte, em seu “Primer papel sobre el commercio de negros.” Criticou o fracasso da Espanha em se engajar diretamente no comércio de escravos. Queixou-se de que a Dinamarca, a Holanda, Portugal, a França e sobretudo a Inglaterra forneciam às Américas, cada um, mais escravos do que a Espanha. Ao mesmo tempo, a necessidade de escravos era maior no imperio espanhol do que em todos os outros juntos (Arango 1789: 79). A única forma que Cuba tinha para sair dessa situação, insistia Arango, era obter escravos das nações rivais. Arango afirmava que a utilidade do livre comércio absoluto de escravos era tão evidente que não exigia discussão. Em suas palavras, “as vantagens que a concessão de liberdade absoluta às nações trará para o colonial americano saltam aos

olhos” (Arango 1789: 80). A força inevitável da competição de mercado, argumentava, produziria uma mercadoria em que preço, meios de pagamento e facilidade de obtenção se maximizariam para o comprador colonial (Arango 1789: 80). O monopólio, ao contrário, era a solução menos satisfatória. Uma única companhia encarregada de fornecer negros a Cuba, assegurava, poderia “nos tyrannizar, trazendo quantidades insuficientes de escravos da qualidade que desejasse e a preços arbitrários” (Arango 1789: 83).

O “Primer papel sobre el commercio de negros” de Arango (1789) parece ter influenciado a legislação subsequente relativa ao comércio de escravos. A *cédula* real de 28 de fevereiro de 1789 pôs fim ao sistema monopolista. Ela vigorou por dois anos e permitiu a todos os súditos espanhóis comprar escravos no exterior e trazê-los a portos designados (inicialmente, Havana e Santiago), onde pudessem entrar em Cuba isentos de taxas aduaneiras. Navios estrangeiros também podiam importar escravos para Havana sem taxas, mas tinham apenas 24 horas para descarregar seus navios, que deveriam ter menos de 300 toneladas. A *cédula* não tentou fixar preços, mas regulamentou outros aspectos do comércio (Murray 1980: 11).

22

Arango reafirmou seu argumento a favor do livre comércio em 1791, quando solicitou à Coroa que prorrogasse a permissão para o livre comércio de escravos (Arango 1791a: 97-102). Ele era contra uma simples extensão da *cédula* de 1789. Sua reivindicação por uma prorrogação mais longa do livre comércio de escravos revela uma crítica ao sistema monopolista e a concepção do papel do mercado livre no fornecimento de escravos em Cuba. Arango comparava o monopólio de Philip Allwood (o agente da companhia Baker and Dawson de Liverpool em Havana) antes de 1789 com os dois anos precedentes, durante os quais a Coroa liberara o comércio de escravos. Os negros eram escassos e caros na vigência do contrato de Allwood (Arango 1791a: 97-98). Em contraste, Arango relata que cerca de 4 mil escravos chegaram a Havana nos primeiros 19 meses seguintes à decretação da *cédula* de 1789. Em seguida, chegaram outros 2 mil num período de dois meses. Quase metade do primeiro grupo foi trazida por Baker and Dawson, em virtude dos sólidos contatos locais de Allwood. Arango atribuía o aumento nas importações durante o período mais recente aos efeitos da insurreição em São Domingos. Impossibilitados de chegar a seu esquadro habitual, os mercadores de escravos levaram seus cargueiros para Cuba. No entanto, Arango advertia que, em circunstâncias normais, Cuba não era o

mercado mais favorável e, por essa razão, arriscava-se a perder o comércio de escravos quando a ordem estivesse restabelecida em São Domingos (Arango 1791a: 101). Ele argumentava que se, em condições tão instáveis, o rei fizesse uma concessão às autoridades comerciais locais que queriam expulsar Allwood e outros estrangeiros (presumivelmente, em prol dos interesses cubanos/espanhóis que queriam controlar eles mesmos o comércio de escravos), Baker and Dawson interromperia o envio de escravos para Cuba, ou pior. Cuba ficaria, então, reduzida à dependência de um ou outro aventureiro isolado, atraído pela grande escassez, ou à péssima alternativa de forçar seus próprios senhores a buscar escravos nas outras ilhas. (Esse argumento implica que Arango não queria necessariamente excluir Allwood, que, afinal, continuou como um importante mercador de escravos, mas, sim, submetê-lo à disciplina do mercado e da concorrência. Essa postura relembra a visão de Smith de que a concorrência de mercado, nas palavras do próprio Smith, constrangeria a “rapacidade mesquinha” e o “espírito monopolizador” de mercadores e fabricantes e promoveria, em seu lugar, a indústria e a frugalidade. (Ver McNally 1988: 226-228).

Arango argumentava que Cuba precisava reorganizar os termos de seu comércio de escravos no longo prazo e desenvolver um mercado estável e não-especulativo como o fornecedor mais confiável. Em sua opinião, o comércio de escravos não poderia progredir sólida e constantemente se mantido nas condições em que estava (Arango 1791a: 102). Se a coroa concedesse apenas mais dois anos de extensão ao “livre comércio” de escravos, esse período tão curto apenas encorajaria especuladores que quisessem obter lucro rápido na primeira viagem. Comerciantes regulares, precisamente aqueles que os cubanos queriam atrair, não se arriscam dessa maneira. Estes, ao contrário, investem com a certeza de recuperar na segunda ou terceira viagem o que possam vir a perder na primeira (Arango 1791a: 101-102). O comércio de escravos sério exigia investimento e lucros de longo prazo (cf. Smith 1976: I, 98-110, 124-130). Claro que tais mercadores forneceriam a Cuba uma provisão mais estável de escravos (e talvez de melhor qualidade) a preços melhores. Arango sustentava que era de interesse do rei que seus vassallos americanos tivessem os negros de que precisassem aos preços mais baixos e em condições justas de pagamento. Conseqüentemente, insistia que o tráfico irrestrito de escravos fosse prorrogado por um período de seis a oito anos, a fim de garantir um comércio não-especulativo. Assim, mesmo estando sua opinião inscrita no escopo de necessidades táticas,

Arango elaborou a justificativa teórica para a superioridade do mercado e do livre comércio (*libertad absoluta*) como mecanismos de fornecimento de escravos.

Frutos de Retorno e livre comércio

O *Discurso* defendia a abertura do comércio de escravos em Cuba e ia além, oferecendo um argumento sistemático a favor do livre comércio de produtos tropicais como meio de aumentar a riqueza e a prosperidade da ilha. Arango não só defendia a remoção das restrições mercantilistas e a expansão do comércio de escravos como também o livre comércio dos produtos de exportação cubanos (principalmente, açúcar, café e tabaco) além da importação livre de máquinas e implementos agrícolas necessários para melhorar a produção (Arango 1793a: 74). Embora o comércio de escravos e a demanda de mão-de-obra fossem elementos fundamentais do programa de reforma econômica de Arango, eles estavam atrelados ao livre comércio de produtos agrícolas.

Para Arango, o problema imediato era que Cuba era pobre demais para gerar um comércio de escravos adequado (Arango 1791a: 98-99). Em sua opinião, Cuba estava no começo de uma curva de desenvolvimento com grande demanda por escravos, mas pouca capacidade de pagamento. Havana não podia oferecer aos comerciantes estrangeiros de escravos preços atrativos, vendas imediatas ou garantia de pagamento. Além disso, no caso dos mercadores que negociavam apenas escravos (isto é, os que se especializavam no comércio direto entre Cuba e África e estavam interessados em retorno rápido), Cuba não produzia nada que pudesse ser trocado por escravos na costa africana (Arango 1791a: 99). Conseqüentemente, Arango enfatizava a necessidade de gerar renda que pudesse ser utilizada na compra de escravos. Ele argumentava que só a renda proveniente das culturas de exportação, especialmente do açúcar, ofereciam retorno capaz de atrair mercadores estrangeiros.

No *Discurso*, então, Arango delinea a interdependência do livre comércio, da produtividade agrícola e da posição de Cuba nos mercados mundiais. Ele demonstra que, para desenvolver sua vantagem produtiva potencial, os senhores de escravos cubanos necessitavam de oferta abundante e barata de mão-de-obra e de equipamentos agrícolas que só podiam ser garantidos pelo livre comércio. Ao mesmo tempo, precisavam de escoadouros maiores e mais rentáveis para sua produção. As matérias-primas cubanas para exportação tinham de ser comercializadas onde alcançassem o melhor rendimento.

Só com a entrada nos mercados mundiais em expansão e cada vez mais competitivos, sobretudo nos Estados Unidos, é que a indústria açucareira cubana poderia gerar a receita necessária para pagar por escravos e outros insumos (Arango 1788: 78).

No entanto, para colocar seus produtos em mercados abertos ou em mercados onde estavam em desvantagem, os senhores de escravos cubanos tinham de ser competitivos em relação aos rivais estrangeiros: a concorrência de mercado exigia que Cuba incrementasse a produtividade de sua indústria. Para Arango, o livre comércio era importante não só porque proporcionava acesso irrestrito aos escravos, mas porque, em si mesmo, criava condições para reanimar a agricultura cubana. Ele insistia que não era suficiente garantir as mãos que animavam a agricultura colonial e produziam colheitas abundantes. O senhor de terras (*labrador*) teria de receber uma recompensa correspondente às adversidades que enfrentara. Para realizar o valor da nova produção escrava era necessário eliminar os obstáculos à venda lucrativa de seu produto (Arango 1788: 77. Cf. Jovellanos 1968: 112). A livre entrada de escravos e máquinas, combinada com escoadouros rentáveis para os produtos agrícolas, estimularia a indústria e a diligência dos coloniais (Arango 1793a: 118-119).

A política de Arango firmava-se nas vantagens naturais de Cuba sobre os concorrentes. “A ordem natural,” declarava, “exige que os possuidores das terras mais férteis governem esse ramo da agricultura (açúcar): mas exatamente o oposto tem ocorrido” (Arango 1793a: 123; Cf. Smith 1976: 1, 385). O desenvolvimento agrícola cubano estava subordinado à política mercantilista espanhola e às exigências do Estado e do mercado interno espanhóis. A Espanha não oferecia um escoadouro adequado para a produção cubana. Além disso, submetia os produtos cubanos destinados a mercados estrangeiros a uma pesada taxa e a restrições comerciais. Nessas condições, uma vez obtida a liberdade para importar escravos, os cubanos não tinham mercado para sua produção aumentada (Arango 1793a: 127-129). Sua única alternativa, na opinião de Arango, era encontrar escoamento permanente para os produtos agrícolas em mercados estrangeiros. Ajustes de tarifa e regulamentação do consumo de produtos cubanos na Espanha eram insuficientes. A política espanhola tinha de promover condições que tornassem a indústria cubana competitiva em relação a seus rivais nos mercados estrangeiros (Arango 1793a: 122-123, 135-136). O objetivo era estabelecer um “equilíbrio feliz” entre a oferta de mão-de-obra escrava e a produção das culturas de exportação (Arango 1788: 77).

Embora Arango argumentasse que o mercado era o meio mais efetivo de prover Cuba da entrada necessária de mão-de-obra escrava e equipamento agrícola, bem dos escoadouros para sua produção, ele também enfatizava o papel do Estado na promoção das condições competitivas para o capital produtivo. Em vez de subordinar as políticas comerciais e coloniais aos interesses da metrópole, a Espanha teria de encorajar a entrada da produção colonial em mercados estrangeiros e apoiar o desenvolvimento da agricultura colonial de forma que ela pudesse competir neles. Cada um dos principais produtos de Cuba — açúcar, tabaco, gado e aguardente de cana — estava, de uma forma ou de outra, sujeito a pesadas taxas e impostos, ao monopólio e ao acesso restrito a mercados, o que limitava o comércio e retardava o desenvolvimento (Arango 1788: 77-78). Arango afirmava que nenhum ramo da agricultura em Havana alcançara o grau de perfeição de que era capaz, e todos eles tinham rivais poderosos com os quais competir (Arango 1793a: 139-140). Em vez de sujeitar as indústrias coloniais a taxas e limitar o acesso a mercados estrangeiros, o Estado deveria tratar cada ramo de acordo com sua própria condição. Como um bom pai, o Estado deveria tratá-los como crianças ou adolescentes e ajudá-los e estimulá-los até que fossem capazes de suportar a competição dos rivais poderosos nos mercados estrangeiros (Arango 1793a: 139-140). Os interesses do tesouro deveriam estar subordinados à livre circulação de mercadorias, ao desenvolvimento da produção e ao aumento dos excedentes. As indústrias coloniais deveriam ser protegidas, e não taxadas, até que estivessem suficientemente fortes para suportar o peso de taxas e leis proibitivas (Arango 1793a: 140).

Reforma agrícola: Razão versus tirania da ignorância

Do ponto de vista de Arango, o livre comércio de escravos e o acesso a mercados estrangeiros criariam as condições para o desenvolvimento de Cuba e estimulariam os produtores cubanos. No entanto, para competir com as colônias de outros países nos mercados estrangeiros, a agricultura cubana necessitava aperfeiçoar não só o comércio como a própria produção. Arango argumentava que, embora Cuba fosse mais fértil que seus rivais, as técnicas agrícolas e manufatureiras, a administração do trabalho escravo e o conhecimento científico eram superiores nas colônias estrangeiras. As colônias francesas e britânicas tinham mais ordem e economia em seus engenhos de açúcar. O equipamento e as técnicas que empregavam eram

superiores aos de Cuba em todos os estágios da produção. Conseqüentemente, eram capazes de produzir açúcar muito mais barato e com muito mais eficiência do que Cuba (Arango 1793a: 126-127; Arango 1793b: 180). O problema em Cuba, segundo ele, não era a fertilidade do solo, mas “a indústria do homem” (Arango 1793b: 187).

Arango argumentava que o estado diverso de prosperidade e vigor em que franceses e ingleses mantinham o comércio e as artes possibilitava a seus coloniais o usufruto de todos os bens e implementos de que necessitavam a preços melhores (Arango 1793a: 124-125). Por esse motivo, ele propunha o fim das tarifas sobre a importação de implementos agrícolas, de modo a colocar Cuba no mesmo nível dos concorrentes estrangeiros. Cuba progredira ao permitir a importação de implementos estrangeiros, mas a oferta estava longe do necessário. Arango sustentava que os impostos sobre esses artigos eram um fardo para o senhor de terras, não traziam vantagem alguma para o rei e não fomentavam a indústria na Espanha. Ele enfatizava que máquinas e matérias-primas eram isentas de impostos em todas as nações esclarecidas (*naciones ilustradas*) (Arango 1793a: 135-136). Um mercado aberto e competitivo de escravos e a importação livre de implementos e máquinas agrícolas colocariam Cuba mais ou menos no nível de seus rivais estrangeiros (Arango 1793a: 136).

No entanto, Arango insistia que inovações isoladas eram insuficientes para resolver os problemas de Cuba. Em vez disso, ele defendia a adoção sistemática de técnicas agrícolas e industriais científicas e a mecanização dos engenhos de açúcar. Arango traçou seu projeto de reforma agrícola nos parâmetros da retórica iluminista. Em sua opinião, a reforma da agricultura cubana opunha interesse e razão ao costume. O apego a práticas costumeiras era forte em Cuba. Arango desesperava-se ao ver seus compatriotas, “destituídos de qualquer princípio, colocarem sua fé na prática cega e, conseqüentemente, exporem-se aos erros mais crassos.” A razão valia pouco contra um costume antigo, constante e uniformemente observado (Arango 1793a: 136). A maioria dos cubanos continuava ligada às práticas bem conhecidas mesmo diante de resultados favoráveis resultantes de práticas novas. A inovação bem-sucedida encontrava ceticismo e quem procurasse desacreditá-la e fazê-la parecer ridícula. A reforma teria de superar a “tirania da ignorância.” Contudo, Arango continuava esperançoso de que o interesse individual chamaria a atenção dos senhores de escravos coloniais e obrigá-los-ia a ouvir a voz da razão (Arango 1793a: 136-137).

O propósito de Arango era “propagar as luzes.” Ele buscava não apenas adotar novas técnicas produtivas, mas transformar a cultura científica e político-econômica da classe senhorial cubana a fim de reformar tanto a economia colonial como os súditos coloniais. Com esse fim, ele propôs que uma comissão percorresse a Europa e as ilhas vizinhas produtoras de açúcar para estudar os métodos empregados por senhores franceses e ingleses. “O que devemos fazer, além das variadas observações econômicas e políticas que devem ser anotadas, é ver a organização, os utensílios e as máquinas que os estrangeiros usam para cultivar e processar suas culturas. Devemos adquirir de todos eles um conhecimento profundo para, mais tarde, comparar os métodos estrangeiros com os nossos em cada ramo da agricultura e verificar se o resultado nos dá vantagens ou desvantagens...” (Arango 1793a: 164-165; ver González-Ripoll Navarro 1999:198-205).

Arango via a comissão como parte de um esforço mais amplo de implantação da agricultura científica em Cuba e de criação de um arcabouço institucional adequado para sustentar uma nova orientação crítica e reflexiva em relação à produção. Ele requeria a formação de uma sociedade agrícola, a *Junta Protectora de la Agricultura*, para promover técnicas agrícolas e manufatureiras aperfeiçoadas e uma administração melhorada das grandes propriedades. Arango imaginava essa sociedade como uma organização autônoma sob o controle dos senhores de escravos de Havana que colocasse os recursos de Cuba a serviço do desenvolvimento agrícola, sobretudo da indústria açucareira. A preocupação principal seria buscar os meios mais refinados de propagar práticas iluministas na agricultura (*buscar los medios más exquisitos de propagar las luces sobre la agricultura*) e examinar cada uma das vantagens que, de acordo com o relato dos membros da comissão, a agricultura estrangeira tivesse sobre a agricultura cubana. O objetivo dessa sociedade seria “empregar a arma da razão em conversações e discussões a fim de demonstrar ao público seu *interesse* [grifo meu] e induzi-lo a abandonar suas antigas concepções” (Arango 1793a: 156-157; Moreno Friginals 1978: I, 106-107). Além disso, Arango enfatizava a necessidade de colocar à disposição dos senhores de escravos as informações técnicas mais avançadas e de trazer para Cuba o conhecimento científico em física, química, botânica e economia política de que ela tanto necessitava (ver Moreno Friginals 1978: 1, 131-133). Arango queria um esforço conjunto de governo e senhores de escravos esclarecidos para desenvolver uma educação técnica e científica que

sustentasse a indústria açucareira, melhorasse o nível técnico da mão-de-obra qualificada e reformasse a administração do trabalho escravo (Arango 1793a: 136-138).

Livre comércio e império

A concepção de Arango a respeito do livre comércio e da agricultura colonial produtiva redefine dramaticamente as relações entre metrópole e colônia. Seu quadro de referência não é o espaço político nacional de Cuba, mas, sim, o império hispano-americano. Ele descreve a si mesmo não como cubano, mas como *habanero* e *hacendado*, e escreve como vassalo do rei. Embora veja Havana como sua *pátria* (Arango 1788: 77; Amores 1996: 512-513), o *Discurso* sugere que ele trata a nação como uma entidade política que abarca tanto a península (Espanha) como os territórios ultramarinos. Sua concepção de “riqueza nacional” refere-se simultaneamente à riqueza de ambos.

Em seu projeto, a vida econômica não está subordinada à ordem social ou política. Em vez disso, as relações econômicas moldam a ordem social. Diferentes setores e relações socioeconômicas são avaliados segundo a rentabilidade e a produtividade, e não como relações sociais ou políticas autônomas. Espanha e Cuba devem estar ligadas por relações de propriedade privada e pelo mercado. Em contraste com as concepções mercantilistas de colonialismo, que simplesmente subordinam as colônias aos interesses metropolitanos, a formulação de Arango sobre mercado, produtividade e direitos de propriedade estabelece uma comunidade de interesses entre proprietários coloniais e Estado espanhol – um terreno mais propício à negociação entre as partes interessadas do que o decreto metropolitano. A remoção dos obstáculos políticos e econômicos libera o interesse individual dos proprietários coloniais. Conseqüentemente, a prosperidade da metrópole e da colônia aumenta com a produção e o comércio.

A concepção de mercado e de relações sociais de Arango é mais abrangente e esmerada do que a de seus homólogos europeus. Na Europa, os debates entre mercantilismo, agrarismo e fisiocracia que constituíram a economia política evoluíram no contexto de oposições dualistas entre interior e exterior, supérfluo e necessário, natural e artificial. Em larga medida, giravam em torno da questão de serem o trigo e outros grãos, como fonte de subsistência para as populações nacionais e os exércitos, mercadorias estratégicas fundamentais para a auto-suficiência e independência

do Estado ou fonte de lucro e, portanto, destinados ao comércio exterior (Larrère 1992: 175-176). Por exemplo, em seu célebre *Informe sobre la ley agraria*, Gaspar Melchior de Jovellanos, contemporâneo e amigo de Arango, defende o livre comércio de produtos agrícolas espanhóis com exceção dos cereais. Ele apóia o livre comércio de grãos dentro da Espanha, mas afirma que a exportação de grãos deveria ser proibida, a menos que houvesse excedente que ultrapassasse as necessidades do consumo interno (Jovellanos 1968: 129- 136). Para Jovellanos, o principal fim da produção de um país é o consumo interno. Ele concede à metrópole prioridade sobre as colônias. Colônias, afirma, são úteis como escoadouro para o excedente (*sobrante*) da produção metropolitana. Esse excedente não é “mais do que o que sobra depois do consumo interno.” Em sua opinião, privar a metrópole do produto da indústria nacional a fim de fornecê-lo às colônias seria o mesmo que socorrer a pobreza do lado de fora consentindo a fome dentro em casa (Letayfl 968: 187-188).

Em contraste, o caráter da agricultura cubana compeliu Arango a vincular inextricável e imediatamente a prosperidade cubana ao mercado. Ele vê o produto da agricultura cubana como “*frutos de retorno*,” que, por sua natureza, estavam destinados à troca em mercados internacionais. Em resposta a uma indagação oficial de se a *Junta de Agricultura* proposta por ele deveria também proteger o comércio, Arango diz: “Proteger a agricultura das influências externas, particularmente em um país em que todo comércio se funda na exportação de suas colheitas, é... o mesmo que proteger o comércio. Se não falei detalhadamente do comércio, foi porque não pude fazer mais do que esboçar minhas idéias... neste momento, não deveríamos cometer o erro de tornar a agricultura dependente do comércio ao nomear os membros da *Junta*. As mãos dependem do corpo e, pela mesma razão, os mercadores em um país agrícola não devem ditar as regras, mas, sim, recebê-las daqueles que, com seu suor, nutrem e sustentam o comércio” (Arango 1793a: 168-169).

Aqui, conceitualmente, Arango vai além da oposição fisiocrática entre economia natural e comércio (Larrère 1992: 212), enquanto, praticamente, promove os interesses do capital agrícola produtivo contra os dos mercadores monopolistas. Em sua opinião, a agricultura cubana está indissolúvelmente ligada ao comércio ultramarino. Como *frutos de retorno* ou *productos de extracción*, todas as suas culturas estão destinadas à exportação. A produção agrícola está necessariamente totalmente integrada ao mercado. Jovellanos trata o consumo como uma primeira dedução a

ser feita na produção e refere-se ao excedente (*sobrante*) como o que resta, ao passo que o uso que Arango faz de excedente (*sobrante*) sugere uma produção cubana permanentemente em expansão, à qual estão submetidas as exigências de consumo espanholas. Em sua opinião, a Espanha não perderia nada ao estimular as colônias a vender sua produção nos mercados estrangeiros. Ela sempre teria o suficiente para o consumo interno. O problema que Cuba enfrenta não é o da subsistência, mas o da concorrência em mercados internacionais (Arango 1793a: 142-143).

Sob o estímulo do mercado, Arango concebe Cuba como motor do desenvolvimento econômico imperial. O livre comércio e o desenvolvimento da produção colonial, argumentava ele, beneficiariam não só Cuba como também a Espanha. “Isso, em realidade, não é um favor. Isso favorece o Estado, que, sem perder nada nem deixar nada de lado, ver-se-á, no fim de um certo período, com uma renda que não possuía anteriormente e com um grupo de vassallos capaz de ajudá-lo” (Arango 1793a: 140). O livre comércio aperfeiçoaria as fábricas, enriqueceria o Tesouro Real e aumentaria a população da ilha. Com ele, Arango proclamava que a Espanha alcançaria o auge de sua prosperidade (Arango 1788: 77). Assim, exortou o rei a aproveitar esse momento único, que poderia “*ocasionar um incrível fomento na riqueza nacional ou, o que é a mesma coisa, na agricultura de Cuba*” (Arango 1793a: 115n., grifo meu).

Governar los Esclavos: Escravidão e mão-de-obra

No *Discurso*, Arango está preocupado principalmente com a justificativa para o comércio de escravos e o uso de escravos como meio necessário para valorizar a propriedade e os investimentos dos *hacendados* cubanos. Ele dedica menos atenção à justificativa da escravidão como instituição (Arango 1811: 185). Em 1811, Arango enfatiza o “imenso lucro (*utilidad*) que todos os ramos de nossa indústria nacional obtiveram ao destinar os negros ao serviço de todas nossas propriedades rurais... Os magníficos produtos desse serviço e sua prodigiosa influência podem ser vistos não só no progresso da ilha como também no do comércio de escravos e da frota nacional... [S]em os escravos negros, não haveria colônias” (Arango 1811: 184-185).

Arango supõe a força de trabalho vinculada à raça. Ele se refere aos negros e não aos escravos e os considera particularmente apropriados ao trabalho na agricultura (*faenas campestres*) no clima quente de Cuba (Arango 1811: 184). Embora os descreva variadamente como ignorantes ou bárbaros, Arango considera desven-

turada, deplorável e triste a situação dos escravos. A seus olhos, eles são semelhantes àqueles que, por sua situação de dependência, merecem proteção. Arango argumenta que negros são escravos que não têm uma situação civil (*persona civil*). Por essa razão, merecem mais compaixão e mais proteção pela lei e por humanidade (ver Amores 1996: 511-512). Ao mesmo tempo, cautela e vigilância eram necessárias, especialmente quando os senhores de escravos de Cuba tinham diante de si o exemplo da insurreição de São Domingos (Arango 1793a: 167-168). Em um bom sistema escravista, Arango insiste, é necessário que as leis civis evitem os abusos e os perigos da escravidão (Arango 1811: 185). Sobre essa base, ele constrói uma justificativa para a escravidão cubana, contrastando-a com o sistema escravista francês: “Os franceses olhavam os escravos como animais, e os espanhóis os olhavam como homens. O princípio daqueles senhores [franceses] e mesmo de sua legislação escravista sempre foi o rigor excessivo para inspirar em seus escravos todo o medo que pudessem, acreditando que só dessa maneira é possível para um único branco governar cem negros no meio da floresta e em meio a tarefas tão árduas e contínuas... Nenhum dos recursos de que o negro carece na colônia francesa está ausente em nossas colônias, seja porque as leis os garantem ao escravo, seja porque os senhores são cuidadosos ao observá-los, em virtude de sua utilidade. Os escravos de Havana têm hoje toda a assistência e as satisfações (*bienes*) que o mais feliz [dos escravos] do mundo pode obter, e nossas leis civis equilibraram perfeitamente os dois extremos, isto é, os abusos dos proprietários e o fomento da insubordinação e da insolência do escravo” (Arango 1791c: 110-111).

Aqui, Arango alinha-se com uma longa tradição que busca contrastar o caráter brando da escravidão ibérica com as práticas mais severas das potências da Europa setentrional. Todavia, para os propósitos desta discussão, talvez seja mais interessante examinar como concepções de propriedade, interesse, escravidão e trabalho moldaram o programa de desenvolvimento econômico de Arango. Como parte de seu projeto para aumentar a produtividade das *plantations* cubanas, Arango buscou reduzir os custos de manutenção de escravos e obter deles mais trabalho, mas sem aumentar seu sofrimento com maus-tratos ou trabalho excessivo. Seu objetivo era promover um método econômico de “governar” os escravos (*metodo de gobernarlos económicamente*). Essa compreensão da administração do trabalho escravo combina a concepção cristã das obrigações recíprocas entre Senhor e Escravo, que definiu a

estrutura das relações senhor-escravo, começando no século 16 no Brasil (ver Benci 1977 [1701; Antonil 1969 [1711]: 111-117, 131-153), com a idéia de uma organização de tarefas tecnicamente eficiente. (Rafael de Bivar Marquese argumenta que, no fim do século 18, o contexto do significado do termo “*económico*” no discurso senhorial mudara de condução da administração doméstica para gerência de um empreendimento produtivo. Um senhor “econômico” seria aquele que buscaria constantemente aumentar sua propriedade, tratando suas despesas como investimento em rendimentos futuros em vez de tratá-las como custos [Marquese 1999:113-114].) Arango buscava obter dos escravos mais trabalho, reorganizando a distribuição de tarefas em cada plantation a fim de eliminar desordem e confusão no trabalho deles. Porém, não intentava nada que “aumentasse a aflição da parcela mais desafortunada de toda a espécie humana” (Arango 1793a: 138, 154). Além disso, ele buscava reduzir os custos de manutenção da força de trabalho escrava estimulando a provisão de terras para que os escravos produzissem localmente uma agricultura de subsistência (Arango 1793a: 138-139, 154-155).

Talvez surpreendentemente, a concepção de Arango a respeito do governo dos escravos está combinada com uma concepção de trabalho que relembra a de Adam Smith, que, claro, é geralmente considerado o fundador da moderna economia política liberal e um crítico paradigmático da escravidão (por exemplo, Williams 1944: 107). Arango, como Smith, concebe o trabalho como um processo material que não é entendido fora dos limites da produção de bens úteis. Em sua opinião, esse trabalho é compatível com a divisão do trabalho, a inovação tecnológica e o aperfeiçoamento de técnicas agrícolas e manufatureiras. Na verdade, Arango percebe a inovação tecnológica como um processo material que alivia o fardo do trabalho e aumenta a produção de mercadorias. “Todos sabem,” escreveu, “que economia no trabalho dos homens consiste em substituí-los por máquinas e animais...” (Arango 1793a: 126). Também Smith trata o trabalho como um processo natural e material que produz bens úteis ou desejáveis, “as necessidades e conveniências de vida.” Da mesma maneira, trata a divisão do trabalho (entendida como a distribuição de tarefas entre trabalhadores) e as máquinas simplesmente como meios técnicos para melhorar as “forças produtivas do trabalho, e a maior parte da habilidade, destreza e bom senso com os quais o trabalho é em toda parte dirigido ou executado.” Seu efeito é “facilitar e abreviar o trabalho e permitir a um homem realizar o trabalho de muitos” (Smith

1976: I, 1, 7, 11, 292, 297, 364). Para Smith, o propósito de sua aplicação é a produção de uma quantidade maior de bens com um dado número de trabalhadores: “Aquele que emprega seu capital na manutenção da mão-de-obra, necessariamente deseja empregá-lo de tal maneira a produzir a maior quantidade de trabalho possível. Ele procura, portanto, realizar entre seus trabalhadores a distribuição mais adequada de trabalho e provê-los com as melhores máquinas que possa ou inventar ou comprar... As forças produtivas do mesmo número de trabalhadores não podem ser aumentadas, a não ser por meio de algum acréscimo e melhoria das máquinas e instrumentos que reduzem o trabalho, ou de uma melhor divisão e distribuição do trabalho” (Smith 1976: 1, 292, 364).

Smith é merecidamente conhecido por sua crítica à escravidão. Todavia, seus famosos argumentos sobre a ineficiência da escravidão não resultam de sua concepção da organização social do processo de trabalho, mas, sim, de sua compreensão da capacidade do salário de estimular o interesse individual do trabalhador. Assim, Smith argumenta que salários pagos ao trabalhador livre estimulam neste último “a frugalidade estrita e a atenção parcimoniosa”, porque colocam a administração dos fundos destinados a substituir ou consertar o “desgaste” sob a responsabilidade do trabalhador, e não sob a dependência de um “senhor negligente.” Em contraste: “O trabalho do escravo é o mais caro de todos. Uma pessoa que não pode comprar propriedade, não pode ter outro interesse que não comer o mais possível e trabalhar o menos possível. Qualquer trabalho que ela faça além do que seja suficiente para comprar sua própria manutenção só pode ser extraído dela pela violência, e não por qualquer interesse próprio” (Smith 1976: I, 90, 411-412). Entretanto, ao mesmo tempo, Smith admite que o progresso das Antilhas francesas é superior ao das inglesas e que isso “se deve inteiramente à boa conduta dos coloniais... e essa superioridade tem sido notada em nada mais do que na *boa administração de seus escravos*” (Smith 1776: II, 99-101).

O relato de Smith acerca das fontes de prosperidade das Antilhas francesas revela sua idéia de governo dos escravos. Aqui, a ênfase na instrumentalização do trabalho escravo revela os fundamentos conceituais da economia política liberal. Administração ou governo são formas de autoridade apropriada àqueles julgados incapazes de subjetividade. Smith escreve: “Mas, como o lucro e o sucesso do cultivo realizado com gado dependem muito da boa administração desse gado, assim o lucro e sucesso

do cultivo realizado pelos escravos deve depender igualmente da boa administração desses escravos; e, na boa administração de seus escravos, os senhores franceses, penso que isso seja geralmente aceito, são superiores aos ingleses.” Paradoxalmente, Smith atribui a superioridade francesa a esse respeito pelo Estado autoritário (com a clara implicação de que as instituições inglesas não se adequam à escravidão): “O gênio de seu governo naturalmente introduz uma melhor administração de seus escravos negros.” O escravo está mais bem protegido em uma sociedade em que a propriedade e o governo representativo estejam menos desenvolvidos. A intervenção arbitrária do Estado é a melhor garantia do bem-estar do escravo: “A lei, desde que conceda alguma proteção ao escravo contra a violência do senhor, provavelmente será mais bem executada numa colônia onde o governo seja em maior medida arbitrário do que em uma onde ele seja completamente livre. Em todo país onde a desafortunada lei da escravidão esteja estabelecida, o magistrado, quando protege o escravo, interfere em alguma medida na administração da propriedade privada do senhor; em um país livre, onde o senhor seja talvez membro de uma assembleia colonial ou um eleitor de tal membro, ele não ousa fazê-lo, senão com a maior cautela e circunspeção.” Tal proteção do escravo, afirma Smith, induz ao tratamento gentil. Tal tratamento, “torna o escravo não só mais fiel como mais inteligente e, portanto, por duas razões, mais útil. Ele se aproxima mais da condição de trabalhador livre, e talvez possua algum grau de integridade e *apego ao interesse de seu senhor* [grifo meu], virtudes que pertencem a trabalhadores livres, mas nunca a um escravo tratado como os escravos normalmente o são em países onde o senhor está perfeitamente livre e seguro” (Smith 1976: II, 99-101).

Se Arango e Adam Smith têm uma concepção semelhante de trabalho, as diferenças entre eles também podem ser entendidas dentro dos limites de um campo intelectual comum. Albert Hirschman demonstrou eloqüentemente a importância de “paixões” e “interesses” como temas organizadores da discussão filosófica e econômico-política nos séculos 17 e 18. Smith, em certo sentido, representa o ponto culminante dessa tradição (Hirschman 1977: 112). Ele generaliza o indivíduo preocupado com os próprios interesses como o sujeito do liberalismo e reconcilia essa idéia com a ordem social. Em sua economia política, salários, aluguel e lucro formam, ao mesmo tempo, a fonte e a mediação do interesse individual. O interesse econômico é determinado pela posição social do indivíduo no escopo da

diferenciação funcional entre terra, trabalho e capital como fatores de produção. A relação entre essas formas de propriedade regula os interesses individuais e de classe e proporciona o meio de torná-los compatíveis com a ordem social e a riqueza das nações.

O argumento de Arango a favor da necessidade de subordinação da população escrava desenvolve-se nos mesmos termos em que o argumento de Smith a favor do interesse individual do trabalhador livre. Se, para Smith, salários, propriedade privada generalizada e o mercado permitem a socialização e regulação do trabalhador preocupado com seus próprios interesses, para Arango, a escravidão racial não reconhece tal possibilidade: “Abrir caminho para que um homem anseie por qualquer bem é também abrir a porta para suas reflexões esquecidas e perigosas acerca da privação desse bem [a liberdade]. Certamente despertará nele, senão insubordinação total, a falta de obediência. Não precisamos mencionar a inconveniência e os males de tais atitudes na escravidão, que se vêem repetidos em todos os tempos e em todos os países. Na estupidez do negro e na solidão de nossas terras jaz a mais necessária subordinação, e muito deve ser temido algo que possa afrouxar esse recurso único, esse paladino capital da existência dos brancos que vivem com tantos negros” (Arango 1811: 182).

36

Arango organizou sua defesa dos senhores de escravos cubanos como a defesa dos interesses dos homens de propriedade. Entretanto, precisamente porque ele permanece dentro dos limites do pensamento liberal, os escravos, para ele, não poderiam ter tal interesse. Como todos os homens, os escravos eram possuidores de liberdade natural: no entanto, para eles, essa liberdade não pôde ser alcançada por meio da propriedade. Antes, a liberdade (e a propriedade) dos escravos tinha de ser suprimida no interesse da prosperidade econômica cubana. Excluídos da propriedade, os escravos eram definidos pela ausência de interesse e, portanto, incapazes de ação em prol de interesses individuais. (Arango era a favor de permitir aos escravos o *uso* de lotes de terra para o cultivo de suas provisões e a melhoria de seu bem-estar material [Arango 1793a: 125.]. No entanto, tais terras para cultivo de subsistência não devem ser confundidas com a concepção de propriedade privada na teoria liberal.) Nesse sentido, os escravos (e, portanto, a escravidão) continuaram fora da esfera da economia política liberal. Interesse individual, propriedade e troca não podiam mediar e reconciliar os interesses de senhores e escravos: em vez disso, na ausência de subjetividade liberal, a dominação e o paternalismo regulam a relação entre eles. Sem a

força disciplinadora da propriedade, o escravo permaneceu um sujeito dependente, que tinha de ser subjugado e protegido. O sistema escravista repousava sobre a exclusão e a dominação como meio de controle sobre o escravizado. Para Arango, ignorância e barbárie justificavam a escravidão, todavia, em sua concepção, a escravidão só faria perpetuá-las.

A proximidade entre Arango e Adam Smith, formada por concepções de livre comércio, trabalho e interesse individual, fornece os elementos para questionarmos os limites e as supostas antinomias entre pensamento escravista e economia política liberal. Esses limites são muito mais permeáveis e problemáticos do que os campos unificados de inclusão/exclusão pressupostos pelo conceito de ideologia (base/superestrutura) nos levaria a crer. A ênfase na oposição entre liberalismo moderno e escravismo arcaico obscurece tanto a dívida de Smith para com os fisiocratas (Tribe 1978: 8-109; David McNally 1988: 209-257) como a posição de Arango no pensamento iluminista.

O ponto aqui não é negar as diferenças entre as ideologias liberal e escravista, mas situar cada uma nos limites de um campo conceitual comum. Ao vincular o interesse individual, a distribuição de formas de propriedade privada (salários, lucro, aluguel) e a troca mercantil a fim de produzir um relato sistemático da organização social, Smith consegue elaborar uma economia política internamente unificada e coerente. Dessa perspectiva, há uma delimitação que admite uma concepção estritamente “econômica” das relações sociais e permite a formação da disciplina da economia política como um sistema de pensamento independente. Conseqüentemente, Smith aparece como o fundador da economia política moderna ao mesmo tempo em que à fisiocracia fica reservado o papel de precursora, o que a coloca fora da modernidade.

Em contraste, a concepção de Arango sobre a economia escravista não permite um discurso econômico uniforme como esse. Além do propósito mais limitado do *Discurso*, seu raciocínio é assistemático. Em seu caso, a reprodução das relações produtivas repousa sobre a escravidão e a dominação racial. Tal dominação não admite nem um sistema uniforme de pensamento econômico-político nem a formação da subjetividade individual mediada pelas relações de propriedade privada. Conseqüentemente, ele não é compatível com o Liberalismo como ideologia. Contudo, essas diferenças existem nos limites de um campo conceitual comum e têm uma afinidade histórica entre si. Desse ponto de vista, as fontes e a coerência interna do

pensamento escravista e do liberalismo parecem mais abertas e diversas. As diferenças entre eles já não parecem absolutas. Antes, podem ser entendidas como tendências opostas mas mutuamente fundadoras provenientes, ao menos em parte, das mesmas fontes. Tal abordagem pode nos conduzir a repensar estruturas analíticas e interpretativas de maneira produtiva; ademais, revela tanto disjunções como novas unidades históricas. Ela aponta para a necessidade de distinguir entre o liberalismo político e econômico como ideologia articulada e acabada e o campo discursivo descontínuo e complexo a partir do qual ele é construído.

Nesse contexto, é útil lembrar a idéia de Paul Gilroy de que escravidão e raça formam conceitos fronteiros que moldam, ou talvez mesmo definam, ideologias modernas de progresso e modernização. Eles são constituídos no âmbito das relações históricas de modernidade, mas o fato de serem excluídos desse âmbito cria as condições para as ideologias liberais de progresso. O reconhecimento dessa exclusão permite a consideração do caráter complexo e contraditório da modernidade (Gilroy 1993). Aqui, a ideologia liberal oculta a modernidade da escravidão, ao passo que a escravidão revela a complexidade e as contradições do liberalismo.

38

Conclusão

Em seu *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla*, Francisco Arango y Parreño mobiliza o vocabulário conceitual da economia política e o Iluminismo para articular um projeto de transformação da vida social e econômica cubana; esse projeto repousa sobre a interdependência do comércio de escravos, do livre comércio de produtos agrícolas cubanos, do melhoramento científico da agricultura e da reforma na administração do trabalho escravo. Em vez de anômalos, todos os elementos apresentados por Arango são interdependentes e reforçam-se mutuamente: cada um deles pressupõe os outros e deles necessita para alcançar inteiramente sua finalidade. O argumento de Arango une a oferta irrestrita de mão-de-obra escrava, o livre comércio e a inovação agrícola para promover a concepção de bem-estar baseada na fertilidade, na circulação de mercadorias, na ciência e na criação de abundância. Ele representa a formulação específica das relações escravistas em Cuba no âmbito de uma economia mundial em mudança. Desse modo, chama a atenção para a diversidade e a contínua reconstituição histórica das escravidões nas Américas.

Essa proposta representa uma tentativa de usar as vantagens produtivas de Cuba para cavar uma posição dominante para a ilha nos mercados emergentes norte-americano e europeu. Ela dá expressão teórica ao deslocamento de Cuba na direção da agricultura produtiva e do livre comércio. Nesse quadro, Arango identifica o mercado como o instrumento mais eficaz para prover Cuba tanto da mão-de-obra e dos materiais de que necessita quanto de escoadouros para sua produção. Contudo, a intervenção do Estado espanhol é indispensável para garantir o acesso competitivo aos mercados, o que é necessário para superar a posição econômica relativamente fraca de Cuba e estabelecer o “equilíbrio feliz” de Arango entre importação de escravos e exportação de produtos agrícolas. No entanto, o livre comércio, por si só, é insuficiente para transformar a economia de Cuba. Seu sucesso depende do desenvolvimento irrestrito da mão-de-obra escrava, da reforma da administração do trabalho escravo e da transformação científica da agricultura. Assim, o programa de Arango e o subsequente desenvolvimento cubano inspirado por ele representam uma resposta original à conjuntura econômica e política formada pelas Revoluções Haitiana e Norte-Americana, pela industrialização e pela transformação dos mercados mundiais sob a hegemonia econômica e política britânica.

Dessa perspectiva, Arango aparece como intelectual atlântico que elabora um programa integral de renovação econômica, que, embora autoritário, hierárquico e racista, obteve êxito. Seu projeto era informar o desenvolvimento cubano até, pelo menos, a década de 1860 e, claramente, ajudou a moldar a economia mundial fluida e em expansão da primeira metade do século 19. Entre 1801 e 1865, Cuba importou mais de 600 mil escravos africanos bem como trabalhadores contratados da China e de Yucatán. O engenho cubano desenvolveu-se em uma escala sem precedentes por meio da transformação técnica sistemática e contínua. Na década de 1820, Cuba emergiu como líder mundial na produção de açúcar e essa produção virtualmente dobrou a cada dez anos daí em diante. A indústria açucareira cubana dominou o mercado mundial e tornou-se um eixo fundamental da reconstituição da periferia da *plantation* americana. Todavia, o próprio sucesso desse projeto aumentou a dependência de Cuba em relação ao açúcar e à escravidão e exacerbou as tensões e os conflitos entre senhor e escravo, entre grupos cubanos e entre Cuba e Espanha.

Na opinião de Arango, as políticas delineadas no *Discurso* beneficiariam tanto Cuba como a Espanha. Mesmo quando o desenvolvimento econômico de Cuba

levou-a a uma relação mais próxima com os Estados Unidos, tanto como escoadouro para sua produção quanto como mercado para bens manufaturados e outros produtos importados deste último país, Cuba continuou sendo parte do império espanhol. No entanto, tais políticas também redefiniram implicitamente, de dentro para fora, a relação entre Cuba e Espanha e a natureza do império. Embora os senhores de escravos cubanos continuassem vassallos do rei, não podiam continuar sendo súditos coloniais simplesmente subordinados aos interesses da Coroa e do Estado metropolitano. Antes, ao desenvolver a propriedade dos senhores de escravos e, portanto, seu interesse independente, essas políticas significaram que, mesmo que Espanha e Cuba permanecessem como partes de uma unidade política imperial abrangente, a relação dos senhores de escravos com a Espanha teria de ser negociada como uma relação entre interesses independentes no contexto de uma economia de mercado.

O projeto de Arango aumentou a dependência de Cuba em relação à escravidão no contexto da Revolução Haitiana, por um lado, e a pressão britânica sobre o comércio internacional de escravos, por outro. Nessas condições, a manutenção das relações escravistas exigiu a presença de uma força repressiva que aumentou os custos de proteção e a regulamentação das relações senhor-escravo. Ao mesmo tempo, mercados competitivos e em expansão pressionaram a produtividade do trabalho escravo. A ideologia do liberalismo, do progresso e do individualismo alterou o espaço ideológico no qual a escravidão pôde tanto ser proposta como defendida. De fato, em Cuba, o crescimento da indústria açucareira, com seu regime de trabalho brutal e sua disciplina social severa, minou o próprio paternalismo espanhol que Arango desenvolveu para justificar a escravidão. Finalmente, o crescimento notável da indústria açucareira exacerbou as tensões entre o açúcar e outros setores da economia cubana, criando um desenvolvimento regional e social desigual em Cuba e provocando as descontinuidades e os antagonismos sociais que iriam se manifestar na Guerra dos Dez Anos.

Referências Bibliográficas

AMORES, Juan B. 1998. *Cuba y España, 1868-1898. El final de un sueño*. Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra.

- AMORES, Juan B. 1996. Francisco de Arango y Parreño: la transición hacia la modernidad en Cuba. *Actas del XI Congreso Internacional del Asociación de Historiadores Latino-americanistas Europeos*. Liverpool. II, 507-522.
- ANTONIL, André João. 1968 (1711). *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Paris, IHEAH.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1788. Instrucción que se formo D. Francisco de Arango cuando se entrego de los poderes de la Habana y papeles del asunto. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 77-78.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1789. Primer papel sobre el comercio de negros. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 79-84.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1791a. Representación manifestando las ventajas de una absoluta libertad en la introducción de negros, y solicitando se amplie a ocho la prórroga concedida por dos anos. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 97-102.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1791b. Oficio acompañando copia de la representación sobre la introducción de negros, y corroborandola con razones muy sólidas. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 106-108.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1791c. Representación hecha a S.M. con motivo de la sublevación de esclavos en los dominios frances de la isla de Santo Domingo. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 109-113.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1793a. *Discurso sobre la Agricultura de la Habana y Medios de Fomentarla*. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 114-175.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1793b. Respuestas de D. Francisco Arango a los reparos que se hicieron a su 'Discurso sobre la agricultura de la Habana.' In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, I, 175-203.
- ARANGO Y PARREÑO, Francisco de. 1811. Representación de la Ciudad de la Habana a las Cortes. In *Obras*. La Habana: Dirección de Cultura, 1952, II, 145-187.
- ARRIGHI, Giovanni. 1994. *The Long Twentieth Century*. London: Verso.
- BENCI, Jorge. 1977, (1700). *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*. Sao Paulo: Grijalbo.
- BENÍTEZ ROJO, Antonio. 1986. Power/ Sugar/ Literature: Toward a Reinterpretation of Cubanness. *Cuban Studies*, 16, 9-31.
- BITAR LETAYF, Marcel. 1968. *Economistas españoles del siglo XVIII. Sus ideas sobre la libertad del comercio con Indias*. Madrid: Ediciones Cultura Hispanica.

- CAY-GALBO, Enrique. 1938. Arango y Parreño . Ensayo de interpretación de la realidad económica de Cuba. *Cuadernos de Historia Habanera*, 15, 81-112.
- CHIARAMONTE, Jose Carlos. 1982. *La crítica ilustrada de la realidad. Economía y sociedad en el pensamiento argentino e iberoamericano del siglo XVIII*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina.
- CHIARAMONTE, Jose Carlos, n.d. *Pensamiento de la Ilustracion. Economía y sociedad iberoamericanas en el siglo XVIII*. Caracas: Biblioteca Ayacucho.
- FOUCAULT, Michel. 1971. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. 1972. *The Archeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York: Pantheon Books.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. 1993. 'All the World was America.' John Locke, Liberalismo e propriedade como conceito antropológico. *Revista USP*, 17,30-53.
- FRIEDLAENDER, Heinrich. 1978. *Historia económica de Cuba*. La Habana: Editorial de las Ciencias Sociales.
- GENOVESE, Eugene D. 1967. *The Political Economy of Slavery*. New York: Vintage Books.
- GILROY, Paul. 1993. *The Black Atlantic. Modernity and Its Double Consciousness*. London: Verso.
- GONZÁLEZ-RIPOLL NAVARRO, Maria Dolores. 1999. *Cuba, La Isla de los Ensayos. Cultura y Sociedad (1790-1815)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- HIRSCHMAN, Albert O. 1977. *The Passions and the Interests. Political Arguments for Capitalism before Its Triumph*. Princeton: Princeton University Press.
- JOVELLANOS, Gaspar Melchior de. 1968. *Informe sobre la ley agraria*. Barcelona: Ediciones de Materiales.
- LARRÈRE, Catherine. 1992. *L'invention de l'économie aux XVIIIe siècle*. Paris: Presses Universitaires de France.
- LEWIS, Gordon K. 1983. *Main Currents in Caribbean Thought: The Historical Evolution of Caribbean Society in Its Ideological Aspects*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- LLUCH, Ernest and Lluís Argemí. 1985. *Agronomía y ffsiocracia en España (1750-1820)*. Valencia: Institución Alfonso el Magnánimo.
- MAESTRI, Raul. 1937. *Arango y Parreño: El Estadista sin Estado*. La Habana: Publicaciones de la Secretaria de Educación. Dirección de Cultura.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. 1999. *Adminstração & Escravidão. Ideias sobre a Gestão de Agricultura Escravista Brasileira*. São Paulo: HUCITEC.

- MARRERO, Levi. 1984. Cuba: *Economía y Sociedad*, X. Madrid: Editorial Playor.
- MCNALLY, David. 1988. *Political Economy and the Rise of Capitalism: A Reinterpretation*. Berkeley: University of California Press.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. 1978. *El ingenio. Complejo economico social cubano del azúcar*, 3 vols. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. 1976. *The Sugar Mill. The Socioeconomic Complex of Sugar in Cuba*. New York: Monthly Review Press.
- MURRAY, David R. 1980. *Odious Commerce: Britain, Spain and the Abolition of the Cuban Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PONTE DOMINGUEZ, Francisco J. 1937. *Arango Parreño: Estadista Colonial Cubano*. La Habana: Imp. Molina y Cia.
- PEROTIN, Anne. 1974. Le projet cubain des grands planteurs de la Havane: Jalons pour une lecture de Francisco Arango y Parreño (1769-1839). In *Mélanges de la casa de Velazquez*, X. Paris: Édition E. de Boccard.
- SMITH, Adam. 1976. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: The University of Chicago Press.
- TOMICH, Dale. 1988. The 'Second Slavery:' Bonded Labor and the Transformation of the Nineteenth Century World Economy. In *Rethinking the Nineteenth Century: Movements and Contradictions*, Francisco O. Ramirez, ed. Westport, CT: Greenwood Press, 103-117.
- TRAVIESO, Julio. 1970. El pensamiento económico de Arango y Parreño. *Economía y Desarrollo*, 10-11 (Oct.-Dec.), 130-150.
- TRIBE, Keith. 1978. *Land, Labour and Economic Discourse*. London: Routledge & Kegan Paul.
- VENTURI, Franco. 1972. *Italy and the Enlightenment: Studies in a Cosmopolitan Century*. New York: Columbia University Press.
- WILLIAMS, Eric. 1944. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.